

CARTA IBGE



ano 2 - nº 26

agosto 1996

Censos 96

O IBGE está realizando, em todo o País, duas pesquisas que vão permitir traçar um perfil mais atualizado da realidade brasileira. Operações de grande porte, o Censo Populacional e o Censo Agropecuário estão em campo desde o dia 1º de agosto. Um exército com mais de 100 mil pessoas está mobilizado numa verdadeira operação de guerra para visitar os cerca de 40 milhões de domicílios existentes no território nacional. São mais de 90 mil recenseadores que vão atravessar matas, rios e cidades para descobrir quantos somos, o sexo e a idade de cada brasileiro. Tudo contabilizado para cada um dos 4.974 municípios brasileiros. Isto, no caso do Censo Populacional. Já o Censo Agropecuário deverá levantar a situação de cada um dos 6,3 milhões de estabelecimentos agropecuários espalhados pelo País.

De dez em dez anos - nos anos de final zero -, o IBGE realiza um Censo Demográfico, que, através de um questionário simplificado aplicado ao universo dos domicílios, contabiliza o total de habitantes do País, fornecendo dados sobre sexo, idade, nível de instrução, renda e sua distribuição espacial. Um questionário adicional aplicado a uma amostra de 10% ou 20% da população de cada município obtém ainda detalhes como religião, cor, migração, fecundidade e trabalho. O Censo serve ainda de base para que o IBGE faça estimativas populacionais relativas aos nove anos restantes da década. Tratam-se de estimativas importantes para o planejamento governamental, sobretudo na área social, permitindo prever as necessidades educacionais e de saúde, além de estimar o impacto do crescimento da população sobre o mercado de trabalho e a Previdência Social.

Há muito tempo o IBGE desejava realizar uma contagem da população a meio da década para subsidiar as estimativas anuais de população. A realização desta contagem era um pleito praticamente generalizado entre instituições e pessoas interessadas. Solicitações que não puderam ser atendidas na década de 80. O reforço da posição tributária e administrativa dos municípios, possibilitada pela Constituição de 1988, confirmou a tendência à descentralização política e administrativa, trazendo como consequência para as administrações municipais a necessidade de informações demográficas e socioeconômicas cada vez mais precisas. Além disso, a criação de vários novos municípios, de 1992 para cá, alterou substancialmente a situação municipal, tanto em termos territoriais quanto demográficos. A contagem reveste-se ainda de importância maior, tendo em vista que, por atribuição legal, o IBGE é responsável pela elaboração das estimativas populacionais oficiais que servem de base para a distribuição proporcional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Por solicitação do Ministério da Educação, o IBGE incluiu no questionário um bloco de quesitos sobre instrução que investigará a frequência à escola e o nível de escolaridade no Brasil. Assim, além dos resultados referentes à condição do chefe do domicílio, idade, sexo e último movimento migratório realizado, o Censo Populacional vai produzir informações importantes para subsidiar as ações do Governo Federal na área de educação.

Graças a uma nova tecnologia de leitura ótica, os questionários

do Censo Populacional poderão ser tabulados com grande rapidez, dispensando a digitação manual. Com isso, os primeiros resultados já poderão estar disponíveis em dezembro deste ano.

Nas áreas rurais - ou mesmo nas zonas urbanas que apresentem produção agropecuária -, os recenseadores vão aplicar simultaneamente os questionários do Censo Agropecuário e do Censo Populacional. Realizado pela última vez em 1985, o Censo Agropecuário será de importância fundamental para a formulação



de políticas nacionais para a agricultura, alimentação, estrutura fundiária e desenvolvimento regional. A unidade a ser recenseada é o estabelecimento agropecuário, que se define como todo terreno de área contínua, independente de tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processa uma exploração agropecuária com finalidade de comercialização.

O extenso questionário do Censo Agropecuário vai dar uma idéia exata das atividades do setor primário. As informações sobre máquinas e equipamentos terão como referência o último dia de 95 e o efetivo de animais e plantações estarão referenciados a 31 de julho deste ano. Já os dados conjunturais, como os relacionados à produção, levarão em conta o período de 01/08/95 a 31/07/96.

O primeiro Censo Agropecuário foi realizado em 1920. Seu objetivo é o de levantar dados sobre a estrutura e a forma de aproveitamento das terras, armazéns, silos, depósitos, máquinas e equipamentos, mão-de-obra, efetivo dos rebanhos e de culturas permanentes, tecnologia empregada, financiamentos, receitas e despesas referentes às atividades agrícola, pecuária e à indústria rural. Além disso, o Censo Agropecuário fornece, juntamente com o Cadastro Central de Estabelecimentos, a base para a definição das amostras de área e de estabelecimentos das pesquisas anuais em nível municipal sobre a produção vegetal, pecuária e silvicultura e extrativa vegetal e pesquisas conjunturais mensais sobre previsão de safras, abate de animais, produção de leite e ovos que permitem um acompanhamento sistemático da evolução do setor agropecuário.

Por ter um questionário extenso e com perguntas abertas, o Censo Agropecuário deverá levar um pouco mais de tempo para ser concluído. A previsão é a de que os primeiros resultados estejam disponíveis no primeiro trimestre do ano que vem.

INPC de julho caiu para 1,20%

O INPC (índice que mede a variação dos preços com base no consumo médio de famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos) de julho ficou em 1,20%, contra os 1,33% registrados em junho. Já o IPCA (com base no consumo médio de famílias com renda de um a 40 salários mínimos) registrou, no mês passado, variação de 1,11%, um pouco abaixo da taxa de 1,19% de junho. No ano, o INPC acumula alta de 7,42% e, nos últimos doze meses, de 14,86%. O IPCA acumula variação de 7,74%, no ano, e de 14,83%, nos últimos doze meses.

Os itens que mais contribuíram para o resultado de junho do INPC foram produtos farmacêuticos, com alta de 6,05%, e transporte público (5,67%). Em compensação, tubérculos, raízes e legumes (-6,09%) e hortaliças e verduras (-3,50%) contribuíram para manter a taxa em níveis mais baixos. No caso do IPCA, as variações de produtos farmacêuticos (6,19%) e de transporte público (6,05%) foram ligeiramente maiores do que as do INPC. As quedas em tubérculos, raízes e legumes e hortaliças e verduras foram, respectivamente de -4,38% e de -4,95%.

Custo da construção civil registra a taxa mais baixa do ano

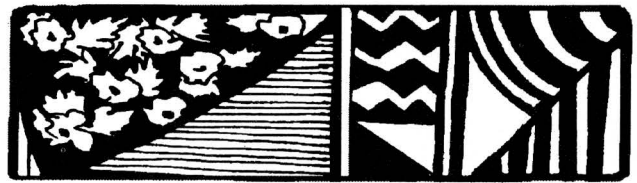
A variação mensal do custo médio nacional do metro quadrado foi de apenas 0,23%, em julho. Com esta taxa - a mais baixa do ano, até agora -, o custo passou para R\$ 325,51, sendo R\$ 207,44 relativos aos materiais e R\$ 118,07 referentes à mão-de-obra. A variação acumulada ficou em 4,13%, de janeiro a julho, atingindo 6,67% nos últimos doze meses. Na composição do custo, a parcela dos materiais chegou a apresentar queda de -0,50% em relação a junho, enquanto a mão-de-obra aumentou 1,55%. No acumulado do ano, as variações foram, respectivamente, de 0,24% e 11,76%.

O custo regional mais alto foi registrado no Norte (R\$ 359,70). O Sul (R\$ 340,89) e o Sudeste (R\$ 331,86) ficaram com custos acima da média nacional, ao contrário do que ocorreu no Nordeste (R\$ 304,13) e no Centro-Oeste (R\$ 303,85). A maior alta foi observada no Sul (1,99%) e a maior baixa foi para o Nordeste (-0,21%). De junho para julho, todas as regiões apresentaram taxas negativas, que se situaram entre -0,83%, no Centro-Oeste, e -0,21%, no Sul. Quanto à mão-de-obra, a maior variação foi de 5,67%, no Sul, ficando a menor com o Nordeste (0,21%).

Por estados, os custos mais elevados foram: Roraima (R\$ 480,07), Amazonas (R\$ 373,36), São Paulo (R\$ 363,00), Pará (R\$ 361,13) e Acre (R\$ 351,16). Os menores custos correram no Espírito Santo (R\$ 251,11), Minas Gerais (R\$ 265,04), Pernambuco (R\$ 270,95), Sergipe (R\$ 275,49) e Piauí (R\$ 281,55). Considerando as variações mensais, a maior taxa do Norte foi registrada no Amazonas (2,02%), enquanto Roraima apresentou resultado negativo: -2,11%. No Nordeste, as taxas oscilaram entre os 2,55%, no Maranhão, e os 1,40% negativos, na Bahia. No Sudeste, coube à São Paulo (0,27%) o resultado mais elevado, ficando o mais baixo com o Rio de Janeiro (-1,18%). Santa Catarina (0,99%) fechou com a menor taxa verificada no Sul, onde a taxa mensal chegou a 3,71%, no Paraná. No Centro-Oeste, os destaques ficaram por conta de Mato Grosso (3,14%) e Mato Grosso do Sul (-1,21%).

Implantado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em

1969, o Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil) calcula custos da construção relativos a 25 projetos, sendo 21 residenciais e 4 comerciais. As séries mensais referem-se ao custo do metro quadrado de uma construção de canteiro de obras, considerando-se os materiais e a mão-de-obra (aos salários são acrescidos os encargos sociais, totalizando 122,82%. Não estão incluídas despesas em geral, licenças, seguros, instalações provisórias, depreciações dos equipamentos, compra de terreno, administração, financiamentos e equipamentos mecânicos (elevadores, computadores, exaustores e outros), bem como os lucros da construção e da incorporação.



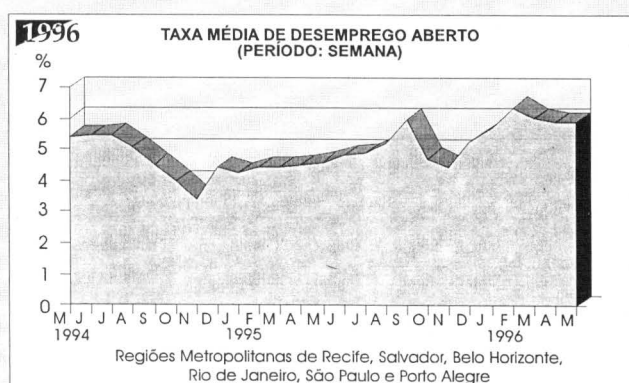
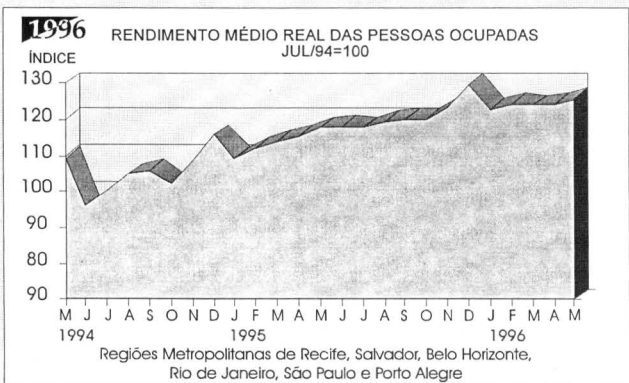
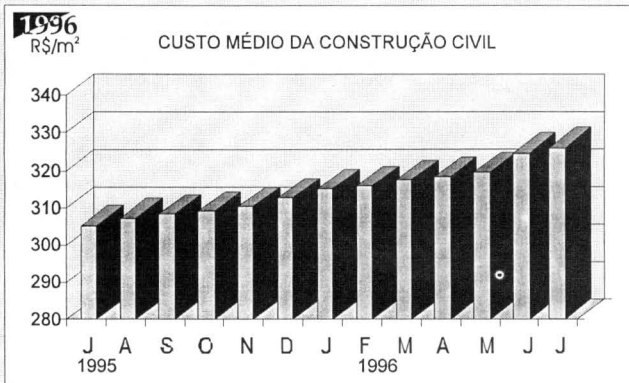
Desemprego de junho fica em 5,92%

A força de trabalho registrada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em junho, não apresentou variação significativa em relação ao mês anterior, uma vez que o número de pessoas ocupadas ou trabalhando manteve-se praticamente constante, o mesmo acontecendo com o número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho. A taxa média de desemprego aberto de junho para as seis principais regiões metropolitanas do País (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) ficou em 5,92%, praticamente igual à taxa registrada em maio (5,91%).

O aumento mais expressivo no número de pessoas ocupadas ocorreu na construção civil, 0,6% (+ 7.000 pessoas) e no setor de serviços, 0,4% (+ 30.000). E a queda mais significativa na indústria de transformação, 1% (- 33.000 pessoas) e no comércio, 0,4% (- 10.000 pessoas). Com relação às categorias de ocupação, houve crescimento no número de pessoas trabalhando por conta própria, 2% (+ 74.000 pessoas) e queda no número de empregadores, 2,6% (- 20.000 pessoas), de empregados sem carteira de trabalho assinada, 0,8% (- 31.000 pessoas) e de empregados com carteira assinada, 0,7% (- 51.000).

De abril para maio deste ano, o rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou aproximadamente 1%. Houve crescimento de 4% no comércio e de 2% no setor de serviços. Já na construção civil, ocorreu queda de 3% e na indústria de transformação de 1%. Por categoria de ocupação, houve variação positiva de 4% para os empregados sem carteira de trabalho assinada e de 1% para os empregados com carteira assinada e para os que trabalham por conta própria.

Os resultados médios do 1º semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 95, mostram crescimento do número de pessoas ocupadas no setor de serviços (3,9%), na construção civil (3,6%) e no comércio (3,2%) e queda na indústria de transformação (7%). Por categoria de ocupação, houve aumento no número de empregadores (7,8%), de pessoas que trabalham por conta própria (5,7%) e de empregados sem carteira de trabalho assinada (4,8%). Já o número de empregados com carteira assinada caiu 3%. A taxa média de desemprego aberto no primeiro semestre deste ano foi de 5,86% contra 4,41% do mesmo período do ano passado.



VARIAÇÃO DO INPC E IPCA, EM JULHO, PARA AS 11 LOCALIDADES

	INPC	IPCA
RIO DE JANEIRO	1,22%	1,05%
PORTO ALEGRE	0,63%	0,54%
BELO HORIZONTE	1,09%	1,15%
RECIFE	1,39%	1,42%
SÃO PAULO	1,67%	1,38%
BRASÍLIA	0,58%	0,65%
BELÉM	0,66%	0,65%
FORTALEZA	0,40%	0,57%
SALVADOR	1,58%	1,34%
CURITIBA	0,73%	0,70%
GOIÂNIA	1,04%	1,05%

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA

PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO MAI/96 - VARIAÇÃO				
REGIÕES	MÊS/MÊS ANTERIOR	MENSAL	ACUM. JAN-MAI	ACUM. 12 MESES
BRASIL	0,1%	-13,4%	-12,8%	-8,0
SÃO PAULO	0,4%	-15,6%	-14,6%	-8,4%
RIO DE JANEIRO	-1,2%	-13,0%	-11,1%	-7,3%
MINAS GERAIS	0,2%	-8,9%	-9,8%	-7,3%
SUL	-0,6%	-11,8%	-11,5%	-8,2%
NORDESTE	-0,5%	-10,3%	-10,1%	-5,6%

SALÁRIO CONTRATUAL MÉDIO REAL MAI/96 - VARIAÇÃO (%)				
REGIÕES	MÊS/MÊS ANTERIOR	MENSAL	ACUM. JAN-MAR	ACUM. 12 MESES
BRASIL	0,1%	4,3%	7,3%	9,1%
SÃO PAULO	-0,8%	5,5%	8,1%	8,2%
RIO DE JANEIRO	2,2%	7,4%	9,7%	11,6%
MINAS GERAIS	-0,2%	4,2%	7,4%	9,6%
SUL	1,7%	2,1%	5,7%	11,1%
NORDESTE	2,3%	4,4%	8,7%	10,9%

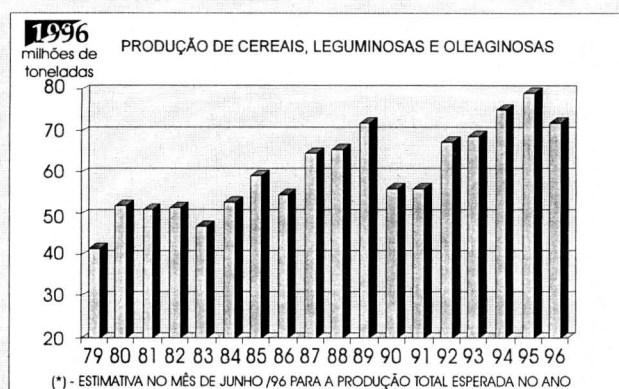
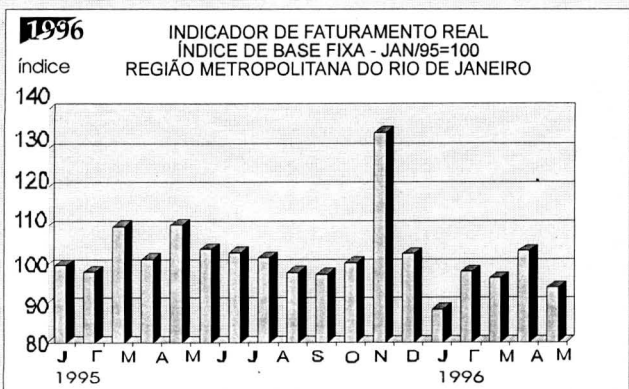
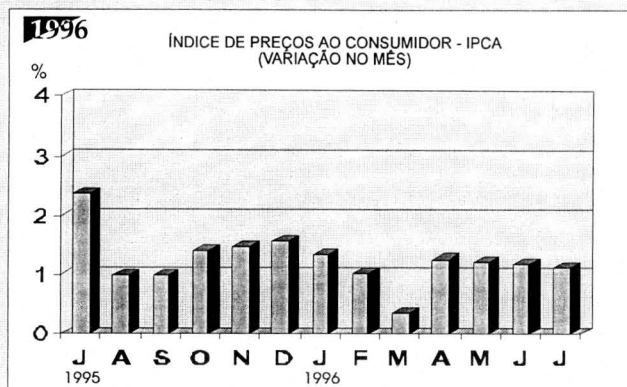
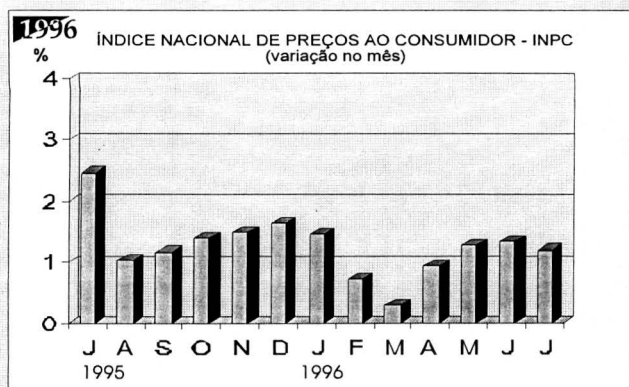
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

ESTIMATIVAS	JUN/95	MAI/96	JUN/96
TX DE DESEMPREGO ABERTO	4,59%	5,91%	5,92%

POR SETOR DE ATIVIDADE			
	JUN/95	MAI/96	JUN/96
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	5,71%	7,57%	7,68%
CONSTRUÇÃO CIVIL	5,69%	6,56%	6,88%
COMÉRCIO	4,85%	6,41%	6,98%
SERVIÇOS	3,47%	4,67%	4,34%
OUTRAS ATIVIDADES	2,33%	2,49%	2,48%

DISTRIB. DAS PESSOAS OCUPADAS			
	JUN/95	MAI/96	JUN/96
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	19,51%	18,59%	18,37%
CONSTRUÇÃO CIVIL	6,78%	7,18%	7,22%
COMÉRCIO	15,07%	15,20%	15,15%
SERVIÇOS	51,63%	51,97%	52,17%
OUTRAS ATIVIDADES	6,99%	7,02%	7,07%

Estamos na Internet com estes e outros dados
<http://www.ibge.gov.br>



INDICADORES CONJUNTURAIS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
PRODUTO INTERNO BRUTO (índices trimestrais)				
Total (1980=100)	1996/I	134,23 (1)	0,12 (1)	-2,07 (2)
Agropecuária (1980=100)	1996/I	159,52 (1)	0,25 (1)	2,53 (2)
Indústria (1980=100)	1996/I	110,83 (1)	0,48 (1)	-7,63 (2)
Serviços (1980=100)	1996/I	154,14 (1)	-0,22 (1)	1,59 (2)
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas)				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)	Jun/96(*)	72,992	-	-8,04(4)
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Índices mensais)				
Total (média de 1991=100)	Mai/96	117,15	-0,6 (1)	6,0
Bens de capital (média de 1991=100)	Mai/96	108,27	-0,5 (1)	-19,1
Bens intermediários (média de 1991=100)	Mai/96	115,39	-0,4 (1)	9,6
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Mai/96	171,39	-2,4 (1)	1,5
Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)	Mai/96	111,55	0,9 (1)	9,3
COMÉRCIO VAREJISTA (índices mensais) (5)				
Faturamento (jan/95 = 100) (6)	Jun/96(*)	94,15	-9,19	-7,95
Emprego assalariado (jan/95 = 100)	Jun/96(*)	90,77	-0,63	-6,64
Salários e outras remunerações (JAN/95 = 100) (6)	Jun/96(*)	109,88	2,85	-0,83
MERCADO DE TRABALHO				
Taxa média de desemprego aberto (%) (7)	Jun/96(*)	5,92	0,17	28,98
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)	Mai/96(*)	125,64	1,2	6,7
Empregados c/ carteira assinada	Mai/96(*)	116,74	0,8	6,4
Empregados s/ carteira assinada	Mai/96(*)	133,32	4,2	6,3
Conta-própria	Mai/96(*)	141,38	0,7	8,7
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)	Mai/96(*)	72,99	0,1	-13,4
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)	Mai/96(*)	120,50	0,1	4,3
PREÇOS				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Jul/96(*)	1348,75	1,20	14,87
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Jul/96(*)	1340,56	1,11	14,84
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Abr/Mai/Jun	-	3,16 (11)	-
Custo médio da construção civil (R\$ / m²)	Jul/96(*)	325,51	0,23	6,67

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (*) Novo nesta quinzena.

Sinais de recuperação na indústria

Os índices regionais da indústria, em maio, são bastante influenciados pela base de comparação deprimida. Neste mesmo mês do ano passado, a paralisação das atividades de extração e refino de petróleo jogou o nível de produção destes segmentos para patamares muito baixos. No confronto mensal, fica evidente o "efeito greve" com as maiores variações positivas se concentrando nas regiões onde as atividades de extração e refino são importantes na estrutura da indústria local, como Bahia (49,0%), Rio de Janeiro (40,3%) e Paraná (11,4%). Com taxas positivas aparecem Rio Grande do Sul (3,8%) e Minas Gerais (0,2%). Entre os desempenhos negativos, sobressaem Pernambuco (-14,4%), Santa Catarina (-2,5%) e São Paulo (-0,5%). Por regiões, houve crescimento de 20,5% para o Nordeste e de 4,5% para o Sul. No acumulado janeiro-maio, predominam taxas negativas: Pernambuco (-20,0%), Rio Grande do Sul (-10,6%), São Paulo (-9,8%), Região Sul (-6,0%), Paraná (-3,3%) e Região Nordeste (-2,1%). As melhores performances para esta comparação ficam por conta da Bahia (6,0%) e do Rio de Janeiro (4,4%), enquanto Minas Gerais (0,1%) e Santa Catarina (-3,2%) praticamente não sofrem alterações significativas.

A indústria da Região Sul registra resultados positivos para o Paraná (11,4%) e para o Rio Grande do Sul (3,8%), enquanto a indústria catarinense recua -2,5% nessa comparação. Por gêneros, a contribuição mais significativa vem do setor químico (84,8%), reflexo, também, do "efeito greve". Já as maiores retrações ficam por conta de material elétrico e de comunicações (-27,0%). O resultado acumulado ainda é negativo (-6,0%), já que somente oito gêneros apresentam crescimento na produção.

Os resultados da indústria no Nordeste, em maio, assinalam crescimento na comparação mensal, e queda de -2,1% e de -3,2%, nos indicadores acumulados no ano e nos últimos doze meses, respectivamente. Na Bahia, o setor apontou crescimento nos principais indicadores: 49,0% em relação a igual mês do ano anterior, 6,0% no acumulado de janeiro-maio e 1,4% na comparação acumulada dos últimos doze meses. Por outro lado, ao assinalar queda de -14,4%, Pernambuco situa-se como o local de mais fraco desempenho dentre as regiões analisadas. Por gênero, as maiores contribuições negativas vieram de têxtil (-17,6%) e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-16,1%).

Em maio, os índices da produção industrial para o Rio de Janeiro são fortemente influenciados pela base de comparação deprimida, igualmente motivada pelo "efeito greve". A participação dos setores extrativo e químico na estrutura industrial fluminense determina o índice mensal, impactando, também, o acumulado no ano (4,4%) e nos últimos doze meses (1,2%). No índice mensal, a indústria extrativa responde praticamente sozinha pelo crescimento da indústria geral, com taxa de 177,8%. Em relação aos demais subsetores industriais, merecem destaque as quedas na produção de material de transporte (-40,3%) e têxtil (-36,3%).

Em maio, a produção industrial mineira revela ligeira expansão (0,2%) frente ao mesmo mês do ano passado. O gênero metalúrgica registrou decréscimo de -5,6%. Também influem negativamente no indicador mensal os setores têxtil (-20,3%) e químico (-4,8%). A taxa obtida para indústria geral só não é negativa face aos desempenhos de produtos alimentares (26,9%), material de transporte (19,5%), e papel e papelão (58,7%). A

produção acumulada de janeiro a maio, em relação ao mesmo período do ano passado, manteve-se praticamente estável (0,1%). Após três anos de crescimento consecutivo, o indicador para os últimos doze meses registra a primeira queda (-0,4%).

A produção industrial paulista caiu -0,5% no indicador mensal, -9,8% no acumulado e -7,7% nos últimos doze meses. No indicador mensal, mecânica (-20,8%), material de transporte (-15,6%) e metalúrgica (-11,8%) respondem pelos decréscimos mais importantes. A base de comparação deprimida coloca o setor químico (74,8%) como o de principal influência positiva, seguido de produtos alimentares (9,2%).

Emprego industrial cresce 0,1%

O nível de emprego industrial revela, entre maio e abril, ligeira recuperação, apresentando a primeira taxa positiva (0,1%) dos últimos doze meses. No confronto com maio de 95 a redução atinge -13,4%, menor do que a obtida em abril (-13,8%). Com isso, continuam negativos os acumulados no ano (-12,8%) e nos últimos doze meses (-8,0%). Apenas onze dos vinte e dois setores analisados contrataram mais do que demitiram, no período, destacando-se produtos alimentares (3,0%), química (2,2%) e farmacêutica (1,2%). De abril para maio, apenas as indústrias paulista (0,4%) e mineira (0,2%) aumentaram o número de empregados. Houve corte de pessoal no Rio de Janeiro (-1,2%), Sul (-0,6%) e Nordeste (-0,5%). O acumulado dos cinco primeiros meses teve como único destaque positivo a indústria do fumo (2,7%). Os principais impactos negativos



foram as demissões nos setores têxtil (-25,9%) e de vestuário (-21,7%).

A massa de salários pagos pelo setor cresceu 0,2% em relação ao mês anterior. Na comparação com maio de 95, o salário total é menor (-9,7%) e no acumulado dos cinco primeiros meses do ano (-6,4%). Já, o acumulado dos últimos doze meses revela crescimento de 0,1%. Em relação ao mês anterior, houve acréscimo no salário médio no Nordeste (2,3%), Rio de Janeiro (2,2%) e no Sul (1,7%). As principais retrações foram para São Paulo (-0,8%) e Minas Gerais (-0,2%). O salário médio real cresceu 4,3%, na comparação com maio de 95, e 7,3% nos últimos cinco meses frente a igual período de 95. O número de horas pagas por trabalhador, em abril, registra queda de -0,4% em relação a março. Nas demais comparações aumentou 0,5% em relação a maio de 95, 0,1% no acumulado do ano e caiu -0,3% nos últimos doze meses. A folha de pagamento da indústria, em abril, obteve queda real de -1,8%. Dos vinte e dois gêneros pesquisados, somente sete indicam expansão. Destaque para fumo (5,6%), farmacêutica (3,5%) e perfumaria (3,3%). Houve queda de -5,4% na comparação com abril de 95, enquanto o indicador dos últimos doze meses apontou expansão real de 3,1% na folha paga pela indústria.

Safra de 96 poderá atingir 72,992 milhões de toneladas

A estimativa para a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deste ano é de 72,992 milhões de toneladas, 8,04% menor que a obtida no ano anterior (79,370 milhões de toneladas) mas superior às estimativas do mês passado (72,075 milhões de toneladas). Em termos regionais, apenas o Nordeste - responsável por cerca de 10% dessa produção total - apresenta aumento em relação ao ano anterior (5,55%). O Sul, que responde por 47% do total nacional, mostra um decréscimo de 12,23%, enquanto que o Centro-Oeste, com participação de 24%, apresenta uma queda de 3,63%. O Norte e o Sudeste, que participam, respectivamente, com 3% e 16%, diminuem 5,72% e 8,75%. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) referente a junho, a produção deverá ficar assim distribuída: Sul (34,812 milhões de toneladas), Centro-Oeste (17,553 milhões de toneladas), Sudeste (11,485 milhões de toneladas), Nordeste (6,987 milhões de toneladas) e Norte (2,153 milhões de toneladas).

De maio para junho, o LSPA destaca as variações nas estimativas de três produtos: algodão herbáceo em caroço (-3,40%), batata-inglesa 2ª safra (-4,70%) e café em coco (8,74%). A redução verificada neste mês na estimativa de produção do algodão herbáceo é proveniente dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, que além de enfrentar problemas com pragas, tiveram reduzidas suas áreas destinadas ao plantio. Já, o acréscimo na estimativa do café em coco se deve a novas avaliações de campo no estado de Minas Gerais, cuja produtividade aumentou em 17,24%.

Os ajustes na produtividade de batata-inglesa 2ª safra em Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram responsáveis pela redução da estimativa do produto nesses estados em 15,89% e 11,95%, respectivamente.

Na comparação com a produção obtida em 95, dez dos dezesseis produtos analisados apresentam variações positivas: batata-inglesa 1ª safra (5,66%), batata-inglesa 2ª safra (4,35%), cacau em amêndoa (6,63%), café em coco (35,65%), cana-de-açúcar (0,99%), cebola (5,83%), feijão 2ª safra (8,39%), laranja (6,66%), milho 2ª safra (6,10%) e trigo (105,36%). Com variação negativa, o algodão herbáceo (-21,71%), arroz em casca (-10,48%), feijão 1ª safra (-2,93%), milho 1ª safra (-13,89%), soja (-10,03%) e mandioca (-3,87%). Quanto ao milho 2ª safra, a estimativa é de 3,7 milhões de toneladas, superior 6,10% à obtida no ano anterior e destacam-se até agora os estados da Bahia (64,09%), Espírito Santo (41,50%), Mato Grosso (23,73%) e Goiás (48,15%), que apresentam maiores acréscimos em suas produções. Em relação ao trigo, a estimativa é otimista, com todos os estados produtores apresentando significativos avanços em comparação com 1995: São Paulo (26%), Paraná (86%), Santa Catarina (81%) e Rio Grande do Sul (174%). Espera-se uma produção de 3,151 milhões de toneladas de trigo, superior 105% à obtida em 95 (1,534 milhão de toneladas).

Cai faturamento no comércio varejista

De maio para junho, o faturamento do comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro caiu 9,2%. Em função da forte sazonalidade das vendas em maio, já era esperada taxa negativa em junho. Esta queda, no entanto, superou as expectativas, agravando, com isso, os resultados em relação a 95. O indicador mensal (mês/igual mês do ano anterior), que apresentou variação de -5,2% em maio, saltou para -8,0% em junho. O indicador acumulado do ano, que assinalou pequena elevação entre abril e maio, (de -8,0% para -7,4%) não manteve a tendência, se estabelecendo este mês em -7,5%.

No tocante ao emprego, o comércio varejista apresentou redução de maio para junho (-0,6%), no confronto junho 96/junho 95 (-6,6%) e no acumulado do ano (-7,2%). Já a massa de salários paga pelo setor apontou aumento de 2,9%, de um mês para o outro, e de 0,4%, na comparação do primeiro semestre deste ano com igual período do ano passado. Em relação ao mesmo mês de 95, houve queda de 0,8%.

As principais quedas de faturamento na relação junho/maio se verificaram naquelas atividades em que as vendas são mais sensíveis ao movimento do Dia das Mães. Neste caso têm-se lojas de departamentos (-23,4%), outros artigos de uso pessoal (-15,1%), farmácias, drogarias e perfumarias (-13,9%), móveis e eletrodomésticos (-12,5%) e vestuário, calçados e tecidos (-9,8%). A exceção, aqui, fica por conta do ramo de automóveis e motos, peças e acessórios, que reduziu suas vendas em 16,7% mesmo não tendo a fator sazonal como justificativa básica. Outros quatro segmentos faturaram menos em junho: material de construção (-10,0%), super e hipermercados (-1,6%), mercearias, açougues e assmelhados (-2,5%) e combustíveis e lubrificantes (-7,8%). No tocante ao nível de emprego, em junho, apenas quatro ramos apresentaram variações positivas em relação ao mês de maio: mercearias, açougues e assmelhados (2,5%); automóveis e motos, peças e acessórios (0,8%); material de construção (0,2%) e vestuário, calçados e tecidos, com 0,1%. Ficaram com taxas negativas, de maio para junho, farmácias, drogarias e perfumarias (-8,5%); combustíveis e lubrificantes automotivos (-4,7%); lojas de departamentos (-1,9%); super e hipermercados (-1,3%); outros artigos de uso pessoal (-0,8%); e móveis e eletrodomésticos (-0,4%). No acumulado do ano, a massa de salários paga pelo comércio varejista aponta resultados positivos para vestuário, calçados e tecidos (17,7%), automóveis e motos, peças e acessórios (4,5%), material de construção (4,4%) e super e hipermercados (2,4%). As que apresentaram variações negativas foram: móveis e eletrodomésticos (-32,1%), lojas de departamentos (-16,6%), farmácias, drogarias e perfumarias (-7,1%), mercearias, açougues e assmelhados (-4,4%), outros artigos de uso pessoal (-2,7%) e combustíveis e lubrificantes automotivos com -1,9%.



CARTA IBGE

Coordenador do projeto e editor

Carlos Vieira (Reg. Prof. N° 18.508MTb-RJ)

Assistentes - Adilson Ribeiro, Fátima Santos, Fernando Portugal e Sheila Riera

publicação mensal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação-Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 166 - 9º andar - Rio de Janeiro/RJ
Tel. (021) 220-0411 / Fax (021) 262-5429
Endereço na Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: ccs@ibge.gov.br

Impressão e circulação - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tiragem: 26.400 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 20/08/96